

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 761/2024-PGJ, DE 27.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 2 (dois) dias de folga compensatória em 10 e 11.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 763/2024-PGJ, DE 27.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 1 (um) dia de folga compensatória em 12.4.2024, por ter coadjuvado as eleições de 2020, nos termos do artigo 98 da Lei Federal n° 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1245/2024-PGJ, DE 19.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 4 (quatro) dias de folga compensatória de 16 a 19.12.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1041/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes 18 (dezoito) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 20.3 a 6.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994 e da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA n° 09.2024.00001882-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 916/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 11.3 a 9.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001989-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 882/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 18.3 a 16.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001776-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1033/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 22.2 a 12.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001928-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 922/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 6 (seis) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 24 (vinte e quatro) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 30.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001924-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 946/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 5 (cinco) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 25 (vinte e cinco) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 23.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001888-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1236/2024-PGJ, DE 19.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Marina Nery Alves, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária de 18 a 27.3.2024 e em 1º e 2.4.2024, em razão afastamento da titular, Soraya Shigueko Nakasato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1237/2024-PGJ, DE 19.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Programação Financeira de 4 a 15.3.2024, em razão de afastamento da titular, Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1238/2024-PGJ, DE 19.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Samuel Felipe de Azevedo Nass Flores, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 18 a 27.3.2024, em razão de afastamento do servidor Pablo Ferelli de Souza, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1239/2024-PGJ, DE 19.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 18 a 27.3.2024, em razão de afastamento da servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1267/2024-PGJ, DE 19.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Convocar os servidores abaixo relacionados para participarem do *Workshop* “Aperfeiçoamento da Organização do Trabalho – método *Getting Things Done*”, a ser realizado no dia 5.4.2024, das 8h às 12h e das 13h às 17h, na sede da Escola Superior do Ministério Público, ESMP-MS, na Unidade Ricardo Brandão do Ministério Público Estadual:

- Anderson Teodoro
- Daniela Cristina Junqueira Nelli Willmer
- Gabriella Bortolotto de Souza
- Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz
- Maria Auxiliadora Zarate Jeffery
- Marina Nery Alves
- Marinês Honda
- Moises Yule de Oliveira
- Otávio Jamal Urt
- Paula Rogéria Gama Santos
- Ramon Gimenes Tavares
- Rosane Cypriano Roriz
- Thainan Pimenta Viana Viveiros
- Willian da Silva Costa

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1272/2024-PGJ, DE 19.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 19.3.2024, a Portaria nº 633/2024-PGJ, de 19.2.2024, que designou o servidor João Vitor Garcia Guerra Dutra para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Costa Rica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1278/2024-PGJ, DE 20.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Convocar os servidores abaixo relacionados para participarem do “Curso de Formação de Brigadistas de Incêndio”, a ser realizado em 4.4.2024, das 8h às 12h e das 13h às 17h, na sede da Unidade Rua da Paz do Ministério Público Estadual:

- Adriana Vargas dos Santos
- Aires Alves Machado Junior
- Aline de Andrade Lara Moreira
- Andressa Cecon Bidutti Souza
- Andressa Klein Assumpção
- Andrezza Barbosa dos Anjos
- Anelita Aparecida de Figueiredo
- Bruna Muriele Rodrigues Lima
- Camila Mara Machado
- Carlos Alberto Arguelho
- Carlos Cesar Bontempo Ferraz
- Claudia Vargas dos Santos
- Cristiane Rocha de Barros
- Diego Bueno Ferraz de Moura
- Diego Vaz Bruschi
- Driele Evelin Santos Vargas Araujo
- Edna de Barros Manzoni
- Elisa Parra Katayama
- Elizangela Cristina Paes da Silva
- Emiliane Ferreira de Amorim
- Estefany de Oliveira Pezzi
- Fabricio Caciano Messias Ferreira
- Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini
- Fernanda dos Santos Fontes
- Fernando da Costa Rocha
- Flavio Lopes
- Frederico Correa Pereira da Silva
- Gerson Estevam da Silva Junior
- Gilvana de Abreu Deotti
- Guaraci Mendes da Silva
- Guilherme Ken It de Campos Kikuchi
- Janaina Bárbara dos Santos Oliveira
- Jaqueline Obregão da Rosa Ramos
- João Augusto Grecco Pelloso
- Jorge Charbel Berto Nasralla
- Karla Christine Nogueira Farias
- Karoline Bedatti Higashi
- Katheleen Taira de Medeiros
- Keyla Pereira Yoshimura
- Lailene Couto Penteado
- Larissa Figueiredo de Toledo Buytendorp
- Larissa Gomes
- Lenice Mie Joboji
- Leonardo de Almeida Campos
- Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister
- Luana Nunes da Costa Pepino
- Luciana Rodrigues Mandu
- Marcelino José Siebert
- Marcio Fernando Cardoso
- Maria Aparecida Alves
- Mayara Vaz Cardeal Lima



- Natalia Arima Xavier Castro
- Paola Reginato Pereira
- Patricia Alves Coutinho Lacerda
- Patricia Marim
- Patrick Arruda Santana
- Priscilla Nakaya Kinoshita
- Rafael de Souza Mantilha
- Raphaela Gonsales Gomes Gheno
- Rebeca Izepi Silva Monteiro
- Renata Patricia Souza Monteiro Mendes
- Rogerio Possionatto Giroldo
- Ruth Cavalcanti Tamasato Coitinho
- Silvia Helena Schiavi de Carvalho
- Silviane Leite Pires do Espírito Santo
- Sirlene Gomes Romeiro Vieira
- Thallyta Iflan da Cunha Barbeto
- Willian da Silva Costa

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 7ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 1º DE ABRIL DE 2024.

1. Expedientes:

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00001541-7:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001114-5

Inquérito Civil nº 06.2021.00001114-2

Inquérito Civil nº 06.2022.00000509-9

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001350-0

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000855-5

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000169-9

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000566-2

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000670-6

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000889-2

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001117-5

Inquérito Civil nº 06.2021.00001157-5

Inquérito Civil nº 06.2021.00001168-6

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001397-3

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001409-4

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000532-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000925-1

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001561-0

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000008-6

Inquérito Civil nº 06.2023.00000129-6

1.2.2. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009616-2:****3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001879-3

1.2.3. CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00001544-0:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001876-0

Inquérito Civil nº 06.2022.00000659-8

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001634-0

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002620-5

Inquérito Civil nº 06.2021.00000870-4

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001111-6

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000488-1

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000460-8

Inquérito Civil nº 06.2022.00001320-0

**Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001348-4

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001199-0

Inquérito Civil nº 06.2022.00001323-3

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001469-8

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000017-5

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000081-0

2. Ordem do dia:**2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001906-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada pelo ex-prefeito Municipal de Fátima do Sul, Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior, consistente na dispensa indevida de licitação para aquisição de materiais para velórios.

Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui**2. Inquérito Civil nº 06.2024.00000157-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Riccieri Doreto Schiave, José Beu Rodrigues Sobrinho, Marcelo Cássio Rodrigues, Aristeu Pereira Nantes.

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa praticada em face do Município de Glória de Dourados, em razão do contrato administrativo 087/2018, envolvendo a empresa "Health Serviços", referente a contratação de laboratório especializado em exames laboratoriais.

Advogados: Vitor Vandresen Militão, OABMS 024725; e Andrey Leal da Silva, OABMS 022335N/MS.**Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa****2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:****2.2.1. CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000691-4**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Edelmira Nunes de Oliveira

Assunto: Apurar eventual desvio de verbas pecuniárias destinadas ao Hospital Edelmira Nunes de Oliveira de Guia Lopes da Laguna/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000083-8 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000603-4

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais e urbanísticas na Área de Preservação Permanente localizada no quadrante das Ruas Monte Carlo, Cafelândia, Araguaia, Napoleão Laureano e Montese em Dourados-MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001589-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Antônio de Melo

Assunto: Apurar desmatamento de 2,23 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada sem Floresta-de-Galeria, na Chácara Esperança, em Figueirão, sem autorização ambiental competente, conforme Parecer nº 684/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

Advogada: Giovanna Consolaro – OAB/MS nº 16.035.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000855-5 – SIGILOSO

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000516-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dorival Jesus da Silva

Assunto: Apurar a supressão de 0,94 hectares em área de reserva legal e 1,5 hectares de vegetação nativa fora de área protegida na Fazenda Santa Tereza, conforme auto de infração n. 5671 e laudo técnico n. 10/2020.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000655-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Elisabete Neli

Assunto: Apurar informações sobre o déficit de 19,50 hectares em área de Reserva Legal, bem como a ausência de 3,25 hectares em Área de Preservação Permanente na “Fazenda Dominginho”, em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 019/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios – Projeto Córrego Curupaí).

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001215-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Kame Adania visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001235-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Elízio Ramires Vieira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001237-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Oito de Dezembro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001239-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profº Adair de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001284-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profº Nagib Raslan visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001349-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Cordeirinho de Jesus visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001355-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Felipe Sáfydi Alves Nogueira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001391-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Maria Edwiges de Albuquerque Borges visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001394-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Vera Alba Congro Bastos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001407-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Paraíso Infantil visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001416-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Santa Terezinha visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

19. Inquérito Civil nº 06.2022.00001417-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profº Valdomiro Alves Gonçalves (antigo CEINF Aero Rancho II) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

20. Inquérito Civil nº 06.2022.00001428-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Laura Rodrigues de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

21. Inquérito Civil nº 06.2022.00001431-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Luzinete Cezar Gonçalves visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

22. Inquérito Civil nº 06.2022.00001444-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profª Onira Santos Rosa – Extensão Rural (Fazenda Cambaúva) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

23. Inquérito Civil nº 06.2022.00001445-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal - Extensão Rural (Fazenda Santa Maria) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

24. Inquérito Civil nº 06.2023.00000846-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Margarida Simões Correa Neder – Estrela Dalva, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança para as crianças e adolescentes que frequentam o local.

**25. Inquérito Civil nº 06.2023.00000848-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Renato Pereira Guedes – Estrela do Sul, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança para as crianças e adolescentes que frequentam o local.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil 06.2018.00003232-9**

2ª Promotoria do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da eventual ocorrência de enriquecimento ilícito de servidor público, ante ao recebimento de subsídios sem a contraprestação de serviços públicos, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 49/2016.

2. Inquérito Civil 06.2021.00000317-5

1ª Promotoria do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a supressão de 7,97 hectares de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental, nas propriedades denominadas Sete Quedas Gleba A e Sete Quedas Gleba B (parte), situadas no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme auto de infração nº 6851/IMASUL.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001076-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Flavio Junior Borges e Mutum Reflorestadora LTDA.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental decorrente do funcionamento da atividade de carvoejamento vegetal sem licença do órgão competente ocorrido na Fazenda Cabeceira Funda.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001102-0

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a correção das irregularidades sanitárias e estruturais na UPA Coronel Antonino.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000134-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana

Requerido: Agropecuária Coelho Maymone LTDA.

Assunto: Apurar a supressão de 46,66 hectares em área de preservação permanente e remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Estância Lúcia (Lote nº08 - A), em Aquidauana/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 11/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

6. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2024.00000441-0 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000699-8 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000727-9 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

**2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001903-7**

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência na Unidade Básica da Família/UBSF - Marabá.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001963-7

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia da pessoa com deficiência à acessibilidade na Unidade Básica de Saúde/UBS rural Anhanduí.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000219-4

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de acessibilidade no imóvel utilizado pelo CAPS AFRODITE III.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001030-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Célio Batista Martins Filho

Assunto: Apuração de ocorrência de dano ambiental em uma área de preservação permanente no Córrego Cumandá, causado pelo rompimento de uma barragem na "Fazenda Santa Luzia".

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000148-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Otolomisto Justino de Carvalho.

Assunto: Apurar eventual crime ambiental consistente em supressão vegetal de origem nativa em Área de Preservação Permanente na "Fazenda Cachoeira", localizada em Camapuã/MS, de propriedade de Otolomisto Justino de Carvalho, conforme Ofício nº 084/2ºGPMA/2020.

Advogado: Guilherme Tessaro da Silva – OAB/MS nº 23.870.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000080-5 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000722-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Tomás Junqueira de Camargo e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental do imóvel denominado "Fazenda Rapadura Gleba A e B", CARMS n. 5578", conforme apontamentos existentes no Relatório de Vistoria Técnica n. 041/DAEX/CORTEC-MA/2021.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001126-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Yoneyama

Assunto: Apurar a irregularidade ambiental trazida pela PMA por meio do relatório de fiscalização ambiental n. 41/4/2022, ocorrido na "Fazenda Campina".

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000337-2

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Camapuã



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Figueirão

Assunto: Acompanhar a viabilização de profissionais habilitados (psicólogo/assistente social), por parte do Município de Figueirão, para retomada dos atendimentos do projeto social das famílias acolhedoras.

10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000687-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais em 4,7658 hectares incidentes sobre Área de Preservação Permanente, na "Fazenda Cascalho", em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração 012534/2023 e Laudo de Constatação 016007/2023.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001195-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juruena Energia S.A.

Assunto: Apurar possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação da Pequena Central Hidrelétrica "PCH Figueirão de Juruena Energia S.A.", localizada no Rio Jauru nos municípios de Coxim, Figueirão e Alcinópolis, com vistas a eliminar/mitigar os eventuais riscos.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00006660-2 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001831-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Marques

Assunto: Apurar o desmatamento de 11,51 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Guarujá, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 94/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001262-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão das Secretarias Municipais de Saúde de Miranda e de Bodoquena quanto ao controle de assiduidade dos profissionais da saúde, bem como a disponibilidade ao público da escala de plantonistas.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001339-5 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000225-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia do desvio de recursos públicos por ocasião da execução do Termo de Fomento n. 01/2017, firmado pelo Município de Naviraí com o Clube Esportivo Naviraiense em 19/04/2017.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001301-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico-ambiental dos ranchos localizados às margens do Rio Apore.

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000973-6**

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar se foram sanadas, na Unidade de Saúde da Família “Dr. Jurandyr de Castro Coimbra” (USF Jardim Zé Pereira), as irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria Técnica n. 44/2021, e ainda, se a unidade possui os equipamentos mínimos e quadro de profissionais exigidos pelas normativas que regem a Atenção Básica.

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000568-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Jacintho Ltda.

Assunto: Apurar o desmatamento de 0.69 hectares em área declarada como consolidada, a qual se encontrava em regeneração natural, na Fazenda Três Irmãos, localizada em Naviraí/MS sem autorização ambiental, conforme Laudo Técnico nº 108/22/NUGEO - Programa DNA Ambiental.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000842-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regularidade documental, física e estrutura material do Centro de Referência de Assistência Social CRAS Profª Adevaire da Costa Lolli Guetti Aero Rancho, em Campo Grande/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000857-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regularidade documental, física e estrutura material do Centro de Referência de Assistência Social CRAS-São Conrado, em Campo Grande/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000645-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Olinda Leandra de Jesus

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade rural denominada Fazenda Barra Mansa, no município de Aparecida do Taboado/MS.

5. Inquérito Civil de nº 06.2022.00000402-3

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar eventual deficiência na prestação de serviços médicos de endoscopia digestiva no Município de Três Lagoas/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000571-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Deodápolis

Requerido: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto a ausência de prorrogação do processo seletivo nº 001/2021, de contratação de professores da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2022, noticiada via representação encaminhada pelo Sindicato do Servidor Público Municipal de Deodápolis/MS SINDEMD.

**7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000149-6**

Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Francelli e Pascoalina Jacomel Francelli

Assunto: Apurar a supressão de 2,25 hectares em área de Reserva Legal e de Uso Restrito, na fazenda Brasilândia, em Sonora/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 5/23/NUGEO.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00007193-8**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Recorrente: Glazielle Jardi Bezerra

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Averiguar supostas irregularidades no funcionamento da Gerência de Orçamento e Contabilidade do Município de Naviraí.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001546-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Lineu Gracia, Eduardo Pretto Freitas e Liemi Consultoria Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 14,66 hectares de vegetação nativa, em área de Vegetação Ciliar Aluvial, denominada ID 618 no arquivo digital, na propriedade rural Fazenda Pioneira, inscrita sob CARMS nº 0025179, no Município de Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 423/19/NUGEO Programa DNA Ambiental 2016-2017.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001575-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001232-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Domingos Gonçalves Gomes, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001265-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Frederico Soares, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001268-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Prof.º Aldo Queiroz, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001274-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande



Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Governador Harry Amorim Costa, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000432-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Sidney Aparecido Bomba

Assunto: Apurar eventual exploração de vegetação nativa, sem a autorização ambiental, fato ocorrido na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada neste Município.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000486-0 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002622-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Antônio João/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membros da Câmara Municipal de Antônio João/MS.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000161-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Secretário Municipal de Obras de Cassilândia-MS e Dovanilio Ferreira Eireli

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, conforme elementos de informação do processo administrativo nº 126/2020 em relação à contratação de Dovanilio Ferreira Eireli.

12. Inquérito Civil nº 06.2021.00000591-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a instituição de Plano de Asfaltamento Comunitário no município de Ponta Porã por meio das Leis Municipais nº 4.330/2018 e nº 4.338/2018 em descumprimento ao regramento legal de custeio de obra pública.

13. Inquérito Civil nº 06.2021.00000874-8

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na USF Vila Cox.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001500-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000667-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade envolvendo a contratação da empresa Schettini Engenharia Ltda. pelo Município de Ponta Porã por meio do Pregão Presencial nº 079/2014 (Processo nº 16.625/2014; Ata de Registro de Preço nº 059/2014).

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001018-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Município de Iguatemi/MS

Assunto: Apurar a regularidade no pagamento de diárias a Cleonice Martins Batista, Giovana Buffon Arce e Lídio Ledesma, pessoas indicadas em manifestação anônima apresentada perante a Ouvidoria do Ministério Público, sobretudo diante da não apresentação de documentos que comprovem a participação nos respectivos eventos indicados como objetivos/finalidade das viagens realizadas.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00001280-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema/MS

Assunto: Apurar a ilegalidade no pagamento de abono pecuniário pelo Município de Ivinhema/MS aos seus servidores, em valor acima do percentual permitido pela legislação vigente.

Procurador do Município: Fernando Pereira – OAB/MS nº 21.374.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001961-5

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar irregularidade constatada pelo Conselho Municipal de Saúde que indica possível violação do direito/garantia da pessoa com deficiência à acessibilidade da Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF Três Barras.

2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000930-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul

Assunto: Apurar a regularidade do desmatamento de 3,31 hectares de cerrado, no Parque dos Poderes, autorizado por meio do processo administrativo nº 71/404978/2018 - IMASUL, para a construção de um estacionamento de carros, pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000011-2 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Advogado: Wander Medeiros A. da Costa – OAB/MS nº 8.446.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001298-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Carlos Eduardo Arantes

Assunto: Apurar desmatamento em área de Mata Atlântica, na "Fazenda Paraíso", município de Selvíria/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000707-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Thelma Elizabete Martins e Jair Bresolin

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Água Santa, em Nova Andradina, em decorrência da exploração vegetal por meio do uso do fogo (queimada) sem autorização legal.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000763-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Gustavo de Oliveira Rocha e Luciene Dias Brandão

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 3,20 hectares em área remanescente de vegetação nativa em área não declarada, no interior do imóvel rural "Fazenda São Francisco", em Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização do órgão competente.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001087-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução de contrato com a empresa F.S.UHDE EIRELLI – ME, contratada para prestação de serviços relativos ao fornecimento de estrutura/equipamentos para eventos, em Nioaque/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001256-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Professora Iracema de Souza Mendonça, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001283-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição Escola Municipal Professor Luiz Cavallon, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001338-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Alba Lúcia Spengler dos Santos Pereira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001346-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Cláudio Marcos Mancini, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001350-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Dom Antonio Barbosa, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001352-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição Escola Municipal Margarida Maksoud Trad – Extensão IV, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001353-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande



Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição Escola Municipal Professor Luiz Cavallon, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001380-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Laura de Vicuña, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001401-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Novos Estados, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001403-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Odete Trindade Benites, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001414-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI São José, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001430-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Professora Lina Lemes de Oliveira (Antiga EMEI Tupinambás), visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

19. Inquérito Civil nº 06.2023.00000793-5

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: BRB Banco de Brasília SA

Assunto: Apurar as irregularidades em acessibilidade constatadas na agência do Banco BRB – Banco de Brasília S.A., localizadas em Campo Grande.

20. Inquérito Civil nº 06.2023.00000824-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marcus Nascimento Goncalves de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 15,5000 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, bem como o corte de árvores nativas isoladas em 614 hectares na área dos pivôs centrais, na Fazenda São José do Pontal, em Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 012159/2023 e Laudo de Constatação nº 015566/2023.

**21. Inquérito Civil nº 06.2023.00000915-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Nelci Terezinha dos Santos

Assunto: Apurar a supressão de 0,46 ha de vegetação nativa, em área de Reserva Legal Proposta, na Fazenda Bela Vista e Fazenda Mondai, em Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 312/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

23. Inquérito Civil nº 06.2023.00001317-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Maria de Lourdes Silvestre da Silva

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do desmatamento ilegal de 7,15 ha, em área abrangida pelos Lotes 78 e 79 do Assentamento São Joaquim, em Selvíria/MS.

24. Inquérito Civil nº 06.2018.00002610-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membros da Câmara Municipal de Ponta Porã/MS.

25. Inquérito Civil nº 06.2019.00001045-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Empresa Energética Santa Helena S/A

Assunto: Apurar o dano ambiental causado na Fazenda Ipê Branco em decorrência de incêndio que atingiu 812 hectares de canavial, 10,11 hectares de reserva legal e 17,89 hectares de área de preservação permanente.

26. Inquérito Civil nº 06.2021.00000910-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Câmara Municipal de Ponta Porã, Paulo Cezar Custódio, Rainer Fidelis Pedrozo, Previporã - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã- MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relativas aos servidores Paulo César Custódio e Rainer Fidelis Pedrozo e possível celebração de contratos administrativos com a Câmara Municipal de Ponta Porã e com o Previporã.

2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2024.00000335-4 – SIGILOS**

26ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000877-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu/MS

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Bataguassu no exercício do poder de polícia administrativo com relação ao atendimento às normas gerais e locais e aos critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como a adequação estrutural dos prédios públicos utilizados pelo ente municipal para prestação de serviços públicos.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000836-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rosaldo Pinheiro Cangussu e Izaura Marques dos Santos

Assunto: Reunir elementos para a responsabilização civil do autor dos fatos descritos no Auto de Infração IMASUL nº 3706.

Advogado: Manoel Alves Terças Neto – OSB/MS nº 22.556B

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000863-0**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Três Lagoas, empresa Poligonal Engenharia e Construções LTDA.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades, notadamente suposto superfaturamento ou entrega a menor do objeto contratual, no caso, as construções de 7 (sete) praças públicas, na cidade de Três Lagoas/MS, pela empresa Poligonal Engenharia e Construções LTDA, objeto do Contrato Administrativo nº 282/2020.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000795-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Mônica de Lourdes Patrício e Sandra Patricio Farias

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,90 hectares de vegetação nativa, integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Ouro Fino, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 249/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 09/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/BPMA/2023.

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00001079-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lierson Alves

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 26,5 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Pindorama Bela Vista, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 009925/2022 e Laudo de Constatação nº 012992/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 038/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000065-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MOACIR CRUSCO 86245198100**, representada por **Moacir Crusco**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó/MS. Valor estimado mensal: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000147, de 12.01.2024.

Vigência: 04.03.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 4 de março de 2024.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica **às vítimas e ao investigado** a decisão de arquivamento parcial do Inquérito Policial nº 0008790-62.2020.8.12.0001, em que constam como investigados Adriana Lumy Pereira da Silva e Reginaldo Aparecido de Melo e vítima Tereza Tomiko Pereira da Silva, conforme se transcreve: “Destarte, a incerteza da vítima quanto ao fato de a autoria recair na pessoa de Reginaldo somada à fragilidade de elementos capazes de imputar a ele o crime de furto, é o caso de arquivamento em relação ao referido investigado, em respeito ao princípio *in dubio pro reo*”.

Campo Grande/MS 20 de março de 2024.

MARCELO ELY
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica **às vítimas** a decisão de arquivamento parcial do Inquérito Policial nº 0911664-87.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Samuel Sales Peixoto Araújo e vítima Fernando Alfonso Escrivano, conforme se transcreve: “Portanto, não obstante o furto tenha sido constatado por meio do boletim de ocorrência (f. 34/36), das informações quanto a recuperação do veículo (f. 37/38), do auto de apreensão (f. 32), do auto de entrega (f. 46/47) e do auto de avaliação indireta (f. 43/44), a autoria não restou configurada, devido a falta de informações para identificar quem foi o indivíduo que efetuou a subtração do veículo e dos pertences da vítima Fernando Alfonso Escrivano, sendo assim, o arquivamento é medida que se impõe.”

Campo Grande/MS 20 de março de 2024.

MARCELO ELY
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL N° 0006/2024/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000172-3.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Agropecuária Cerro Alegre Ltda., Eraldo Saldanha Moreira Neto, Marcos Magalhães Moreira

Assunto: Parecer n.º 556/23/NUGEO: apurar a regularidade da supressão vegetal de 120,26 hectares, sendo 33,10 localizado em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, 85,38 em Área de Atividade Agrossilvopastoril e 1,78 em Área de Pastagem Nativa, no interior do imóvel rural “Fazenda Anacã do Corixão II” (CARMS0025467), pertencente a Agropecuária Cerro Alegre Ltda. (CNPJ n.º 14.800.388/0001-10), Eraldo Saldanha Moreira Neto e Marcos Magalhães Moreira; sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Corumbá/MS, 01 de março de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

COSTA RICA**EDITAL N. 0003/MPE/2ªPJCR/2024.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJ MP N.º 09.2024.00002831-2. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consulta.procedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo SAJ MP N.º 09.2024.00002831-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Olímpio Macedo de Jesus e Alaide Rodrigues Macedo

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com os requeridos Olímpio Macedo de Jesus e Alaide Rodrigues Macedo no Inquérito Civil SAJ MP N.º 06.2021.00001175-3.

Costa Rica/MS, 21 de março de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 00012/2024/02PJ/KCA.**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a investigada Valéria Ferreira de Andrade da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos 0000665.18.2019.8.12.0009, em que consta como investigada Valéria Ferreira de Andrade e como vítima Vanessa Ferreira Rita, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Costa Rica, 20 de março de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA

Promotor de Justiça



PONTA PORÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2019.00193224-6 (SAJ/MP) e 0006281-41.2019.8.12.0019 (SAJ/TJ), em que consta como investigado Jeferson Duarte Farias⁴ e como vítima André Fernandes da Silva, conforme se transcreve:

“Diante da falta de indícios de autoria, o arquivamento do procedimento é medida imperiosa. Ante o exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, com as cautelas do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Ponta Porã, 20 de março de 2024.

THIAGO BONFATTI MARTINS
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO: 08.2020.00063110-5

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, notifica Edson Correia de Lima da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0001724-74.2020.8.12.0019, em que constam como investigado Edson Correia de Lima e vítima 'o Estado', conforme se transcreve: *"Por isso, entendendo que, por ora, falta justa causa para ação penal, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, ressaltando, porém, o que dispõe o art. 18 do Código de Processo Penal"*.

15 de março de 2024

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO: 08.2023.00193070-5

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, **notifica Jovane Augusto Galeano Moreira** da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900854-96.2023.8.12.0019, em que constam como investigado Jovane Augusto Galeano Moreira e vítima "a Coletividade", conforme se transcreve: *"Por isso, entendendo que, por ora, falta justa causa para ação penal, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, ressaltando, porém, o que dispõe o art. 18 do Código de Processo Penal"*.

20 de março de 2024

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**RIBAS DO RIO PARDO****EDITAL Nº 0003/2024/02PJ/RRP****Inquérito Civil nº 06.2021.00000174-4.**Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2021.00000174-4 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição, Ribas do Rio Pardo/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**

Compromissário: **Sylvio Junqueira Novais**

Objeto: Os Compromissários confirmam terem sido cientificados da instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00000174-4 para apurar a regularidade da supressão de 17,72 hectares de vegetação nativa remanescente, no interior do imóvel rural "Fazenda Bom Sucesso", CARMS0065940, pertencente a Sylvio Junqueira Novaes e Heloisa Ribeiro Novaes, no período de 16/04/2016 e 27/08/2016, situado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização ambiental.

Obrigações: 1) Os Compromissários obrigam-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área dos imóveis rurais "Fazenda Bom Sucesso", matrícula n.º 16.430, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade dos Compromissários. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por hectare suprimido irregularmente. 2) Os Compromissários obrigam-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento do valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)⁶, em até 4 (quatro) parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (Banco Santander, Agência 4317, Conta 130003051, CNPJ nº 03.226.149/0015-87), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento.

Ribas do Rio Pardo/MS, 20 de março de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

⁶ Valor obtido da multiplicação de 18 hectares (fração arredondada) de vegetação nativa remanescente por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).

**RIO VERDE DE MATO GROSSO****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0020/2024/PJ/RVG**

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00166563-6 em que constam como investigado Wellington Cunha do Nascimento e vítima Ronaldo de Souza, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de março de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA**EDITAL Nº 005/2024/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000258-8.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia/MS.

Assunto: "Apurar eventual irregularidade na prestação de saúde pública em decorrência de verba proveniente da Lei Complementar n.º 197/2022 e Portaria GM/MS n.º 96/2023, conforme Ofício n.º 43/2023 e Parecer n.º 76/2023 ambos do Conselho Municipal de Saúde".

Sidrolândia/MS, 20 de março de 2024.

JANELI BASSO
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 006/2024/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000259-9.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requeridos: Município de Sidrolândia/MS e Hospital beneficente Elmíria Silvério Barbosa.

Assunto: "Apurar eventual desconformidade na transferência de pacientes entre a UPA24h de Sidrolândia/MS e o Hospital Beneficente Elmíria Silvério Barbosa, nos termos da Resolução CFM n.º 1.672/2003".

Sidrolândia/MS, 20 de março de 2024.

JANELI BASSO
Promotora de Justiça

**TERENOS**

EDITAL N° 0011/2024/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições: 09.2024.00002242-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Assunto: Manter ininterrupto acompanhamento da unidade de acolhimento institucional.

Terenos/MS, 13 de março de 2024.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0012/2024/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2024.00000237-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível irregularidade no armazenamento, no transporte e no uso de agrotóxicos na propriedade Fazenda Varadouro, no Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 20 de março de 2024.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça